

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE
RACIAL

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2023
(da Sra. Luizianne Lins)

Requer a realização de Seminário a respeito de infâncias e adolescências invisibilizadas no contexto do novo Plano Nacional de Educação (2024/2034).

Requeiro, com base nos artigos 24, inciso XIII, e 32, inciso VIII, do Regimento Interno desta Casa, a realização pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial de Seminário para aprofundar o debate acerca das infâncias e adolescências invisibilizadas, com foco na produção de subsídios para o novo Plano Nacional da Educação (2024-2034), que deverá ser enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional no segundo semestre de 2023.

O evento contará com os seguintes convidados:

- Andressa Pellanda - Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
- Thaisi Bauer - Secretária-Executiva da Coalizão pela Socioeducação;
- Marina Araújo Braz - Representante do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará - CEDECA-CE;
- Cláudia Bandeira - Representante da Ação Educativa;
- Cláudio Augusto Vieira da Silva - Secretário Nacional da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e presidente do CONANDA;



- Tânia Dornellas - Assessora de Advocacy da Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
- Eliene Novaes - Representante da Coordenação Colegiada do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC);
- Alex Verdério - Professor Adjunto no Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB);
- Katerina Volcov - Secretária-Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI);
- Djalma Costa - Representante da Associação Nacional dos Centros de Defesa dos
- Direitos da Criança e do Adolescente (Anced);
- Néia Bueno - Representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR);
- Benedito Rodrigues dos Santos - Professor/pesquisador colaborador do Centro
- Avançado de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Brasília - CEAM/UnB;
- Andreia Martins - Representante da Redes da Maré e Fellow Malala;
- Marcele Frossard - Assessora de Programa e Políticas Sociais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação;
- Fábio Paes - Representante do Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS);
- Débora de Pina Castiglione - Pesquisadora sobre o tema de migrações, mestra pela Universidade de Barcelona;
- Tatyana Friedrich - Diretora de Migrações no Ministério da Justiça;
- Rocio Bravo Shuña - Representante do Projeto Canicas.



JUSTIFICATIVA:

Conforme o Artigo 214 da Constituição Federal os Planos Nacionais de Educação têm "o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades".

O Brasil é marcado por profundas e complexas desigualdades que se sobrepõem, exigindo que políticas públicas efetivas levem em consideração os desafios específicos e concretos enfrentados por grupos politicamente minorizados.

A Agenda Infâncias e Adolescências Invisibilizadas é coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e composta por Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente), Cedeca-CE (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará), FNPETI (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MNMMR (Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua) e SEFRAS (Serviço Franciscano de Solidariedade). O projeto também contou com a participação da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos) e da ANAÍ (Associação Nacional de Ação Indigenista). A partir desta articulação de movimentos populares que atuam no campo da proteção, promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, foram produzidos nove cadernos, com recortes de raça, gênero, território e condições socioeconômicas, assim como questões relacionadas à educação e ao trabalho infantil, visando a prevenção e o combate à violação de direitos, especialmente de crianças e adolescentes que fazem parte de segmentos historicamente marginalizados e que se tornam invisíveis ao Estado brasileiro.

O novo Plano Nacional da Educação (2024-2034) será enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional no segundo semestre de



2023. Em sua elaboração e discussão é de suma importância um olhar sensível às realidades das infâncias mais vulnerabilizadas, razão pela qual, tomando como ponto de partida a Agenda Infâncias e Adolescências Invisibilizadas, proponho trazer a discussão a esta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial. Certa de contar com a anuência de meus pares sobre a relevância do debate, submeto o presente Requerimento.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2023.

**Deputada Luizianne Lins
PT/CE**

